

O sacrifício pode ser maior

Na entrevista coletiva de ontem do ministro da Fazenda, Pedro Malan, a repórter Mônica Yzaguirre, do jornal *Gazeta Mercantil*, deu uma aula de jornalismo. De forma respeitosa, mas com a insistência que os bons jornalistas precisam ter, a repórter conseguiu "arrancar" de Malan a informação que faltava para a compreensão do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI): o superávit primário do setor público brasileiro de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1999 não é um compromisso, mas apenas "uma meta indicativa", pois o que interessa mesmo — e este é um compromisso incontestável — é o déficit nominal de 4,7% do PIB.

Essa informação é fundamental porque, para reduzir o déficit nominal (receitas menos todas as despesas, incluindo o pagamento de juros) de 8% para 4,7% do PIB, o governo brasileiro poderá no futuro ter que obter um superávit primário (receitas menos despesas, sem incluir o pagamento de juros) maior dos que os 2,6% do PIB previsto no Programa de Estabilidade Fiscal. Ou seja, o sacrifício da sociedade poderá ser maior. Tudo vai depender da trajetória de queda da taxa de juros.

Quando o governo brasileiro indica que o superávit primário do setor público, como um todo, em 1999, será de 2,6% do PIB, e o déficit nominal não poderá ultrapassar 4,7% do PIB, está dizendo simplesmente que espera que as despesas com o pagamento dos juros não ultrapassem 7,3% do PIB — algo em torno de US\$ 66,5 bilhões. (Chega-se a 7,3% do PIB somando 4,7% do PIB com 2,6% do PIB, pois o superávit primário nada mais é do que o dinheiro que o governo pretende economizar para pagar uma parcela da conta de juros). Para chegar a esse percentual, o governo estimou uma taxa média de juros de 21,89% para 1999.

Mas nada garante que o governo conseguirá executar essa trajetória de queda dos juros, que

atualmente estão em 39% ao ano. Se o cenário internacional melhorar e as medidas do ajuste fiscal forem integralmente aprovadas pelo Congresso, é possível que as taxas caiam mais rápido que os esperado. Nesse caso, o gasto com os juros seria menor e o governo poderia até mesmo reduzir o superávit primário e amenizar os cortes orçamentários. Esse é, digamos assim, o cenário ideal, que pressupõe também a manutenção dos elevados investimentos diretos estrangeiros no Brasil no patamar em torno de US\$ 18 bilhões a US\$ 20 bilhões para o próximo ano.

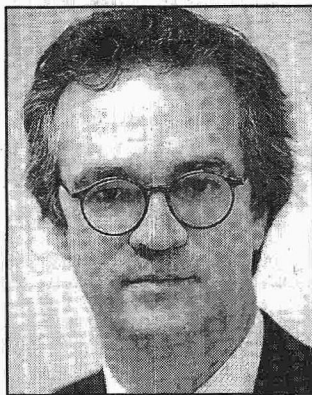
Mas é preciso analisar outros cenários. Se a situação internacional não voltar à calma anterior ao calote da Rússia (que não era tão tranqüila, mas sem dúvida melhor do que a atual), ou seja, se o mercado de capitais não for

reaberto para o Brasil, o governo não poderá reduzir as taxas de juros da forma como espera. Nesse cenário pessimista, os investimentos diretos estrangeiros no Brasil também cairiam.

Neste caso, o gasto com o pagamento de juros será maior do que os 7,3% do PIB e o governo teria de fazer um superávit primário maior do que os 2,6% do PIB para pagar a despesa adicional de juros. Só dessa forma seria possível manter o déficit nominal em 4,7%

do PIB. Um superávit primário maior significa mais cortes de gastos orçamentários ou mais elevação de tributos.

É evidente que a aprovação das medidas do ajuste pelo Congresso contribuirá para melhorar as expectativas do mercado internacional e reduzir a probabilidade de que o cenário pessimista se concretize. Mas, infelizmente, nem tudo depende da vontade da sociedade. O aumento de receita da União estimado para 1999, por exemplo, não é verossímil. Na proposta orçamentária, o governo informa que sua arrecadação crescerá R\$ 17 bilhões no ano que vem, em comparação com a deste ano. Mesmo com a economia em recessão.



■ Ribamar Oliveira é jornalista

O esforço fiscal do setor público vai depender da trajetória de queda das taxas de juros